

Política de Privacidade

Quinta das Peixotas e www.quintadaspeixotas.com

Informação Recolhida

Os seus dados são obtidos:

1. Ao subscrever no site a nossa Newsletter. Caso pretenda não receber mais Newsletters, poderá remover o seu endereço da nossa mailing list, clicando no link apresentado no rodapé de cada newsletter. Também poderá, da mesma forma, modificar os seus dados pessoais a qualquer altura;
2. Ao registar os seus dados para efetuar uma compra no website.

Em cada acesso ao nosso website, são adicionalmente gravados dados em forma de protocolo, tais como:

1. O website a partir do qual é consultada a nossa página;
2. O endereço IP;
3. A data/hora de acessos;
4. Informação sobre o browser e sistema operativo usado.

Quais são os seus direitos quando nos facultar os seus dados?

Tem o direito de solicitar ao responsável pelo tratamento dos dados:

1. o acesso aos dados pessoais que lhe digam respeito

Tem o direito de obter a confirmação de que os dados pessoais que lhe digam respeito são ou não objeto de tratamento e, se for esse o caso, o direito de aceder aos seus dados pessoais e às informações previstas no Regulamento Geral de Proteção de Dados.

2. a retificação dos seus dados

O titular tem o direito de obter, sem demora injustificada, do responsável pelo tratamento a retificação dos dados pessoais inexatos que lhe digam respeito.

3. o apagamento dos seus dados

O titular tem o direito de obter do responsável pelo tratamento o apagamento dos seus dados pessoais, sem demora injustificada, e este tem a obrigação de apagar os dados pessoais, sem demora injustificada, quando se aplique, nomeadamente, um dos seguintes motivos: a) os dados pessoais deixaram de ser necessários para a finalidade que motivou a sua recolha ou tratamento; b) o titular retira o consentimento em que se baseia o tratamento dos dados (quando o mesmo se baseie no consentimento) e se não existir outro fundamento jurídico para o referido tratamento; c) o titular opõe-se ao tratamento e não existem interesses legítimos prevalecentes que justifiquem o tratamento;

4. a limitação do tratamento no que disser respeito ao titular dos dados

O titular dos dados tem o direito de obter do responsável pelo tratamento a limitação do tratamento, se se aplicar uma das seguintes situações: a) contestar a exatidão dos dados pessoais, durante um período que permita ao responsável pelo tratamento verificar a sua exatidão; b) o tratamento for ilícito e o titular dos dados se opuser ao apagamento dos dados pessoais e solicitar, em contrapartida, a limitação da sua utilização; c) o responsável pelo tratamento já não precisar dos dados pessoais para fins de tratamento, mas esses dados sejam requeridos pelo titular para efeitos de declaração, exercício ou defesa de um direito num processo judicial; d) se tiver oposto ao tratamento, até se verificar que os motivos legítimos do responsável pelo tratamento prevalecem sobre os do titular dos dados.

5. o direito de se opor ao tratamento

Quando o tratamento for efetuado para efeito dos interesses legítimos prosseguidos pela Quinta de Valbom de Cima Peixotas, Prod. Agríc. Lda., o titular dos dados tem o direito de se opor a qualquer momento, por motivos relacionados com a sua situação particular, ao tratamento dos dados pessoais que lhe digam respeito.

O responsável pelo tratamento cessa o tratamento dos dados pessoais, a não ser que apresente razões imperiosas e legítimas para esse tratamento que prevaleçam sobre os interesses, direitos e liberdades do titular dos dados, ou para efeitos de declaração, exercício ou defesa de um direito num processo judicial.

Quando os dados pessoais forem tratados para efeitos de comercialização direta, o titular dos dados tem o direito de se opor a qualquer momento ao tratamento dos dados pessoais que lhe digam respeito para os efeitos da referida comercialização, o que abrange a definição de perfis na medida em que esteja relacionada com a comercialização direta.

Caso o titular dos dados se oponha ao tratamento para efeitos de comercialização direta, os dados pessoais deixam de ser tratados para esse fim.

6. o direito à portabilidade dos dados

O titular dos dados tem, nos termos e nas condições definidas na lei, o direito de receber os dados pessoais que lhe digam respeito e que tenha fornecido a um responsável pelo tratamento, num formato estruturado, de uso corrente e de leitura automática, e o direito de transmitir esses dados a outro responsável pelo tratamento sem que o responsável a quem os dados pessoais foram fornecidos o possa impedir, se: a) O tratamento se basear no consentimento ou num contrato; e b) O tratamento for realizado por meios automatizados

7. o direito de retirar consentimento em qualquer altura

Se o tratamento dos dados se basear no consentimento, o titular dos dados tem o direito de retirar o seu consentimento em qualquer altura, sem comprometer a licitude do tratamento efetuado com base no consentimento previamente dado.

8. o direito de apresentar reclamação a uma autoridade de controlo

O titular dos dados tem o direito de, a qualquer momento, apresentar uma reclamação à autoridade de supervisão e controlo: Comissão Nacional de Proteção de Dados (CNPD) – Rua de São Bento, n.º 148, 3.º, 1200-821 Lisboa; Telefone - +351213928400; fax - +351213976832; email – geral@cnpd.pt

Utilização de cookies

O site e os e-mails da Quinta das Peixotas podem usar “cookies”. Um “cookie” é uma informação em texto que enviamos para o ficheiro cookie do seu browser no seu computador pelo nosso servidor web. Isto permite que o nosso site se recorde de cada utilizador quando é estabelecida uma ligação entre o servidor web e o browser. O principal objetivo de um cookie é identificar utilizadores e permitir ao nosso servidor web apresentar páginas web customizadas que transformarão a experiência no site www.quintadaspeixotas.com mais pessoal.

Tem a possibilidade de aceitar ou declinar cookies através da alteração das definições do seu browser da Internet.

Proteção da Informação

As políticas de Proteção de Dados da Quinta das Peixotas estão em conformidade com o novo Regulamento Geral da Proteção de Dados, em vigor a partir de 25 de Maio de 2018 e com a Lei n.º 67/98 - Lei da Proteção de Dados Pessoais de 26 de outubro de 1998.